

2

Ampliando as fronteiras do individual para o vincular

“Minha metamorfose é uma tradição, pois a tradição é precisamente mudança e reinvenção de uma outra pele. Não se trata de uma cirurgia estética ou de uma mutilação, mas sim de renascimento... eu não renuncio a nada, eu só continuo”.

Salvador Dali

2.1.

Contextualizando o campo da psicanálise para as redes vinculares

No tempo originário e durante longos anos, a psicanálise ficou centrada nas teorias sobre o sujeito. Só posteriormente é que surgiram as teorias sobre o grupo para, nas últimas décadas, passar a existir todo um investimento na construção de teorias vinculares, que fazem confluir as teorias de grupo e as do sujeito (Kaës, 2000).

Tanto o grupo como os vínculos tornaram-se, no percurso da construção teórica, uma problemática consistente dentro da psicanálise, constantemente interrogada sobre estes objetos de estudo. Incluir o grupo e os vínculos exigiu construir novos modelos. Estabelecer um novo modelo teórico-clínico, que amparasse a construção e a transformação de um saber sobre os vínculos familiares, demandou ampliar a metapsicologia ou, indo além, criar uma metapsicologia para as redes vinculares.

René Kaës (2000) ressalta que o grupo mobiliza processos psíquicos e dimensões da subjetividade ante os quais os dispositivos da psicanálise individual ficam limitados ou não agem do mesmo modo, nem com a mesma intensidade.

A psicanálise individual ocupa-se desse complexo que é o sujeito e, no que diz respeito à sua dimensão familiar, tenta compreender a família interna de cada um, através das fantasias originais inconscientes, relacionadas à cena primária, à sedução e à

castração. Estas são individuais, mas fazem referência a uma família.

A idéia de tentar compreender e escutar a família, num enfoque psicanalítico, apareceu na metade do século XX, ao mesmo tempo em que muitas outras mudanças, tanto na cultura como nas ciências sociais, seguiam as transformações do pós-guerra. A psicanálise saía fortalecida por ter fornecido conceitos e procedimentos úteis para a população dessa época; era lecionada nas universidades, levando informações aos terapeutas, aos pais e aos educadores. O pensamento psicanalítico foi-se diversificando e consolidando, no entanto algumas limitações clínicas, relacionadas principalmente com o tratamento da psicose, começaram a ser apontadas. Fazia-se necessário escutar a família.

Como conseqüência, nos anos 50, ocorreu uma transformação na construção teórica e no atendimento clínico, abrindo espaço para a terapia de grupo na abordagem psicanalítica. Bion, na Inglaterra, Anzieu e Kaës, na França, e Pichón-Rivière, na Argentina, aportaram novos conceitos metapsicológicos, que se consolidaram até a década de 70. Já no final daqueles anos, a família e o casal passaram a ser estudados e atendidos clinicamente como organizações grupais¹.

Tanto na clínica como na teoria, o grupo familiar em si foi, passo a passo, nos interpelando e se impondo como um outro objeto de estudo.

Escutar o sofrimento psíquico, principalmente o das crianças e dos adolescentes, foi delimitando, como tema de investigação, a família e o seu funcionamento, num vai-e-vem, entre a interfantasmática inconsciente e as construções realizadas em cada tempo dos vínculos.

A ampliação do campo individual ao vincular nos defronta com a ligação ou caminho entre dois lugares, um espaço “inter”,

¹ O surgimento da abordagem psicanalítica para a escuta de famílias e casais se deu em paralelo ao enfoque sistêmico que, desde o final da década de 40, vinha-se consolidando principalmente nos Estados Unidos.

uma transição do “Eu Profundo aos Outros Eus”, parafraseando aqui a expressão tão cheia de significados de Fernando Pessoa (Tozatto; Arruda; Carvalho, 1990).

As teorias disponíveis, naquele momento, explicavam a função e o significado de um sintoma na esfera individual, de cada sujeito. Compreender a dimensão familiar do sintoma, vendo o lugar e a função da família na sua construção, era algo da ordem do não dito. Existia algo não explicitado, mas demarcado clinicamente, que abria o pensar ao que parecia impensável: a família não só podendo produzir sofrimento psíquico individual como também sendo espaço de conflito psíquico vincular.

A criança e o adolescente eram trazidos para o atendimento pelos pais ou representantes da família que pareciam dizer: neles está o problema. A família chegava ao consultório pela mão do sintoma, tendo o filho como porta-voz, mas tanto a escuta da criança ou do adolescente como a do psicótico ou do toxicômano ficava limitada, quando a família não era escutada como tal. Na década de 70, no Rio de Janeiro, a família era, sobretudo, encaminhada para a chamada orientação aos pais. Mais tarde, a família passou a ser incluída em sessões especiais, que tinham por objetivo trabalhar a sua participação no sentido de diminuir o sofrimento do paciente. Sempre pensávamos um sujeito, uma subjetividade em conflito, com sofrimento psíquico. Sendo a criança e o adolescente tão dependentes do mundo externo, por que não acolhê-los nesta rede de sustentação? Hoje, a demanda de escuta leva a pensar: De que sofrimento se fala? É pessoal? É vincular? Como o sofrimento foi construído? Qual foi o lugar e a função de cada um? O que está relacionado ao mundo interno e ao mundo externo? Assim, saiu-se de uma escuta centrada apenas no sujeito para uma escuta aberta também ao grupo e a seus vínculos e iniciou-se a valorização do social.

Para Anzieu (1988), o pensamento psicanalítico se fortaleceu, marcado por um conflito interno entre uma orientação empirista, pragmática e psicogenética, mais presente na tradição anglo-

saxônica, e uma orientação estruturalista, que vem sendo a dominante na França, nas últimas décadas.

A abordagem inglesa preconiza a importância das experiências infantis inconscientes, em especial as que derivam das relações de objeto. A abordagem francesa afirma que não há experiência que não seja organizada por uma estrutura inconsciente. A abordagem argentina é a que atualmente valoriza mais as estruturas em permanente construção, marcadas por experiências inconscientes precoces, da fase pré-edipiana, e pelas experiências inconscientes e conscientes que se dão durante a vida como um todo.

Nesta investigação, dialogo com duas abordagens teóricas originárias da Escola Inglesa de Psicanálise: com o aporte dos Psicanalistas Grupelistas Franceses e, principalmente, com a Psicanálise das Configurações Vinculares, ambas tendo, como objeto teórico e clínico, não só a família e o casal, mas também o grupo e a instituição.

A contribuição dos Psicanalistas Grupelistas Franceses tem, como âncora, as pesquisas e estudos desenvolvidos pelo CEFFRAP – Círculo de Estudos Franceses para a Formação e a Investigação Ativa em Psicologia Dinâmica da Personalidade e Grupos Humanos. Fundado em 1962 por Didier Anzieu, o referido centro traz a psicanálise como o eixo organizador de seu funcionamento e da compreensão de seus pequenos grupos. Didier Anzieu e René Kaës elaboraram, em 1970, as teses do CEFFRAP, permitindo o desenvolvimento dos conceitos criados *a posteriori*, dentre eles: organizadores psíquicos grupais, ilusão grupal, grupos internos e aparelho psíquico grupal. A construção teórica desses autores foi ponto de partida para a Teoria Psicanalítica do Casal e da Família, inaugurada em 1979 por André Ruffiot com o conceito de aparelho psíquico familiar.

Paralelamente, foi sendo consolidada, na Argentina, a Psicanálise das Configurações Vinculares (PCV), trazendo questões teóricas e técnicas, que se constituíram em um desafio, ao

apresentar uma ampliação da metapsicologia. Esta construção teórica surge no início dos anos 80, após os anos de repressão política, a partir da clínica psicanalítica com grupos, famílias e casais. Enrique Pichón-Rivière, em 1947, valorizou a inclusão da família na psicoterapia dos pacientes psicóticos e foi o precursor dos desdobramentos teóricos feitos pela AAPPG – Associação Argentina de Psicologia e Psicoterapia de Grupo – que tem, entre os autores mais representativos, Janine Puget, Isidoro Berenstein e Maria Cristina Rojas. A originalidade da abordagem da PCV residiu no fato de ter tomado, como objeto de estudo e tratamento, o *vínculo* situado dentro das estruturas de parentesco. Os teóricos franceses e argentinos, estudiosos dos vínculos, mantêm intercâmbio científico constante, consolidando o campo de uma metapsicologia da intersubjetividade.

Segundo Berenstein (2001), a psicanálise deixou de permanecer ancorada no solipsismo e, considerando os valores contemporâneos, passou a integrar novas contribuições sobre os grupos, as instituições e seus vínculos. Ampliando as fronteiras do individual para o vincular, a escuta do inconsciente inclui também os sofrimentos vinculares e a ação da rede vincular sobre cada sujeito. Temos, dessa forma, uma psicanálise em movimento que impõe modificar significados, valores e ideais e acolhe a idéia de que uma subjetividade em constante produção restringe conceitualmente o campo da repetição.

A subjetividade é demarcada por fronteiras apresentadas: pelo grupo familiar, com suas bases de parentesco; e pelo grupo social, com suas raízes inconscientes de pertença social, com suas diferenças de classe social e econômica e com as produções que atravessam o sujeito e a família.

Considerando a subjetividade, há um legado da psicanálise que tem que ser levado adiante, escutando “as configurações de objetos que são transmitidas psiquicamente” (Kaës, 2002)² e as

² Comunicação pessoal.

novas configurações vinculares. Este caminho não tem sido fácil, já que o legado teórico precisa ser revisto e atualizado para atender às demandas de nosso tempo. Segundo Passos:

“Isto implica em uma mudança significativa do ponto de vista do olhar e da escuta psicanalítica, com importante repercussão nas diretrizes teórico-metodológicas da clínica. É como se o analista precisasse, o tempo todo, movimentar o foco de sua lente entre a figura e o fundo, entre as luzes e as sombras. O que não é simples, já que a socialização dos profissionais que lidam com o psiquismo sempre foi muito mais investida de uma perspectiva centrada no indivíduo”.

(Passos, 2003, p.14)

Rever o legado teórico, impõe-nos alguns obstáculos, presentes dentro de nós e também no nosso entorno.

Segundo Bachelard (1996), os obstáculos epistemológicos se definem como aquilo que constitui um entrave ao conhecimento científico. Eles nos defrontam com perturbações, atrasos, estagnações e regressões no próprio ato de conhecer. Um dos maiores obstáculos ao progresso da ciência é constituído pelo narcisismo intelectual. O conhecimento advindo de investigações alheias ou de novas descobertas impõe à subjetividade do pesquisador uma ferida narcísica.

“É o homem inteiro, com sua pesada carga de ancestralidade e de inconsciência, com toda sua juventude confusa e contingente, que teria que ser levado em conta se quiséssemos medir os obstáculos que se opõem ao conhecimento objetivo, ao conhecimento tranqüilo”.

(Bachelard, 1996, p.258)

Este homem inteiro traz duas dimensões do repertório narcísico: por um lado, a vivência com as contingências da infância e da juventude; por outro lado, a ancestralidade com a construção do superego como uma dimensão narcísica, escavada dentro do eu (Freud, 1928). Esta ancestralidade carrega valores e tradições que podem esclerosar o conhecimento, caso estes não sejam atualizados numa atitude epistemológica de metamorfose. É necessário sair de si mesmo para encontrar a verdade objetiva, mas é sempre difícil se

desvencilhar dos preconceitos que nos fecham para conhecer o novo, o diferente.

Para Ruffiot (1985), nosso mestre em rigor metodológico é Freud. Ele nos legou as regras essenciais do método científico a ser utilizado na psicoterapia familiar psicanalítica (P.F.P.), tanto na técnica como na teorização. Só em 1978, após oito anos de prática com famílias, Ruffiot descreveu uma técnica específica para esta área, mantendo o essencial das constantes do enquadre psicanalítico.

O que caracteriza a P.F.P. é a integração de descobertas fundamentais da psicanálise freudiana numa extensão técnica que tem por propósito escutar os vínculos. Trabalhamos com o inconsciente, a transferência, as regras de atenção flutuante, a associação livre e a abstinência. A necessidade da presença multigeracional é formalizada neste novo campo. Deparamos, então, com um grau de complexidade acentuado, por termos na cena psicanalítica vários corpos, vários olhares, vários relatos, que configuram o contexto familiar.

Para teorizar sobre os fenômenos surgidos na clínica psicanalítica com casais e famílias, foi preciso contrariar um conhecimento anterior, superando tudo o que se opunha à evolução. Jones (1978) registra que, em carta a Ferenczi, datada de 1928, Freud dizia que os analistas dóceis não entendiam a elasticidade das regras e se submetiam a elas como se fossem tabus. O conhecimento anterior, para muitos, estabelecido e imutável desde a criação da psicanálise, falava de limites rigorosos para a utilização deste saber como prática, método e teoria. Sabemos que o conhecimento se constitui como resposta a uma pergunta datada, mas responder às perguntas não nos libera de sempre questionar o conhecimento constituído.

Aceitar metamorfoses teóricas que, muitas vezes, contradizem um passado, cria a exigência de um “rejuvenescer espiritualmente” no dizer de Bachelard (1996, p.18). Manter-se arraigado em certezas impede a percepção do que se deve saber. Assim, um conhecimento

não questionado se constitui em obstáculo epistemológico e pode entrar ou dificultar a pesquisa de novos campos teóricos.

“(…) Não se deve perder de vista o movimento interno próprio das descobertas freudianas: as hipóteses e construções teóricas são recolocadas em questão diversas vezes pelo próprio Freud, a partir do que surge de inesperado na prática. Assim, a segunda tópica foi elaborada para responder a perguntas não resolvidas pela primeira. Mas tampouco a segunda tópica pode construir um corpo de doutrina que tenha respostas para tudo. Daí decorrem, no trabalho de pesquisa, essas idas e vindas incessantes, próprias da trajetória freudiana. Idas e vindas das quais, posteriormente, os analistas fizeram economia, a partir do ponto em que optaram por um momento da teoria freudiana mais do que por outro...”

(Mannoni, 1985, p.30)

Muitas vezes, as novas contribuições são vistas como transgressoras; a transgressão, todavia, pode estar ligada a funcionamentos perversos, quando sustentada por teorias falsas. Ao questionar hipóteses, provar a utilidade de outras ou romper ordens cerceantes, não estamos sendo necessariamente transgressores perversos. Em geral, transgredimos criando ou tentando criar. Com esta postura, perturbamos a ordem estabelecida e, ao mesmo tempo, a enriquecemos.

Bachelard (1996) propõe que, quando o espírito conservativo domina, o crescimento do espírito fica paralisado. Podemos dizer que existe uma tendência do aparelho psíquico ao conformismo. Isto, muitas vezes, é motivado pelo desejo de pertencer, de ser querido e ser reconhecido. Ao mesmo tempo, vivemos a necessidade do novo e sofremos por não mudar.

Não existem limites para a ampliação de uma teoria, visto que a epistemologia é esclarecedora e não normativa. Desta forma, a fecundidade do conceito fica proporcional a seu poder de deformação.

“Para incorporar novas provas experimentais, será preciso então deformar os conceitos primitivos, estudar as condições de aplicação desses conceitos e, sobretudo, incorporar as condições de aplicação de um conceito no próprio sentido do conceito”.

(Bachelard, 1996, p.76)

Assim, a teoria torna-se enriquecedora, ao trabalhar com “conceitos proliferantes”, e empobrecedora, ao trabalhar com “conceitos esclerosados” (Bachelard, 1996).

Para aperfeiçoar os conceitos, formaremos um “eixo de pensamentos inventivos”. A conceituação científica totalizará e atualizará a história do conceito, deformará um estágio histórico do conceito nas experiências, assim como enriquecerá ou complexificará o conceito para aplicá-lo.

Podemos citar, como exemplo, a evolução do conceito de transferência, da psicanálise individual para a terapia familiar psicanalítica, na qual o conceito original foi complexificado a partir de transformações profundas, por passar a incluir a intertransferência entre os terapeutas e entre os membros da família.

“A transferência em terapia de casal e família é o denominador comum dos fantasmas e dos afetos ligados a um objeto do passado familiar, referidos (por deslocamento ou projeção) ao terapeuta”.
(Eiguer, 1985, p.145)

Em sintonia com Bachelard e com Freud, defendo que o conceito psicanalítico só se testa na práxis e que, para validar um novo espaço teórico, é preciso demarcar sua especificidade e não anular suas diferenças.

Para fazer trabalhar a teoria e metamorfosear o lugar e a função do psicanalista como *psicoterapeuta das redes vinculares*, torna-se indispensável fazer uma análise crítica a partir de um descontentamento com o que vinha sendo transmitido como um “discurso sagrado” (Rojas, 1988), sem abertura a novos dizeres.

Inspirada por Badiou, sigo diferentes trilhas para realizar “o desejo de universal e, também, o sentimento da potência singular, do risco e do acaso” (Badiou, 1991, p.12). Em primeiro lugar, a revolta de ficar instalada com o legado teórico e a experiência clínica; em segundo lugar, procurar a lógica ou a razão coerente para o que proponho; em terceiro lugar, estar atenta ao que

permanece da ordem do universal e, por último, enriquecer o texto teórico e a escuta clínica, valorizando a função do acaso, do risco e do acontecimento.

Ruiz Correa (2000) alerta para a necessidade de fugir de um “universalismo clínico abstrato”, que propiciou não considerar as diferenças culturais e dificultou o reconhecimento de nossa própria alteridade como psicanalistas. Fugir deste universalismo exige uma construção teórica com conceitos que são renovados constantemente.

Criar conceitos demanda explorar uma nova região que se integrará às regiões precedentes, preenchendo uma falta. Para cada região singular, ter-se-ia conceitos parciais e locais, mas propor uma postura construtivista não invalida o legado teórico transmitido desde o marco inicial da psicanálise.

A história do movimento psicanalítico e o meu percurso me permitem afirmar ter a psicanálise diferentes elaborações teóricas que surgem na tentativa de uma melhor adaptação aos fatos de cada tempo histórico. A construção teórica que me define é a da psicanálise aberta, em movimento, em constante diálogo com outros saberes, renovando-se no âmbito metodológico e epistemológico.

A validação de uma teoria psicanalítica para a compreensão das redes vinculares levou um longo tempo. A incorporação de novos conceitos não se deu rapidamente, houve grande resistência. De meados de 1950 aos dias de hoje, temos acompanhado, porém, uma progressiva abertura do leque da metapsicologia freudiana para as questões vinculares.

O determinismo, imperante em todos os campos do conhecimento, marcou também o percurso da psicanálise na modernidade. Paradoxalmente, a própria psicanálise, ao valorizar a implicação subjetiva do psicanalista por meio do conceito de transferência, passou a se constituir como pioneira de novas construções advindas do pensamento complexo.

Segundo Rojas (2000), a psicanálise confrontou o racionalismo moderno e suas certezas com o pensamento da falta e

da incompletude. Saímos da separação entre o sujeito e o objeto de conhecimento, que deixava o saber alheio às condições sociais e subjetivas, para um processo construtivo do saber, no qual o sujeito e a cultura estão sempre presentes.

Najmanovich (1995) postula que a física clássica nos orientava com a metáfora do relógio. Segundo esta, o universo, e conseqüentemente todos seus elementos e conjuntos, funcionaria de forma mecânica, perfeita, eterna e previsível, como um relógio a ser desmontado e estudado parte a parte, cujo funcionamento seria explicado pelo funcionamento de seus componentes, que nunca se transformariam. Mais tarde, o princípio de indeterminação de Heisenberg acabou com os sonhos deterministas de um conhecimento completo e previsível, o universo passou a ser visto como uma imensa rede em interação, na qual nada pode ser definido de modo absolutamente independente.

Somos, hoje, guiados por um posicionamento privilegiador da metáfora da rede, proposta por Morin (1994) na teoria da complexidade. Rede, do latim *rete* (Ferreira, 2001), tem diversos significados dos quais seleciono os que considero se aproximarem das funções de pertença e de transmissão. Na função de pertença, rede refere-se ao entrelaçamento de fios com aberturas regulares, formando um tecido. Já na função de transmissão, a rede é definida como o circuito de corrente, que faz a ligação entre uma fonte geradora de tensão e diversas unidades de consumo, ou como o conjunto de linhas de comunicação, interligadas por pontos que recebem e transmitem mensagens.

A rede pode ser visualizada como uma trama cujos fios se cruzam, se amarram e se desamarram, em que há também pontos de vazio. Cada indivíduo é um nó que amarra fios intrasubjetivos, intersubjetivos e transubjetivos e tem a capacidade de criar nos pontos de vazio (Rojas, 2000).

Esta metáfora da rede é um dos modelos que permite um olhar atual sobre a tecelagem sujeito-vínculo-cultura. Saímos do predomínio das variantes estruturais e da repetição e entramos na

valorização das organizações porosas em constante transformação, com fronteiras permeáveis às redes vinculares.

Neste novo campo teórico, participamos de uma ruptura intracientífica, que traz profundas modificações, sendo talvez a mais importante delas a necessidade de pensar a plurissubjetividade e não apenas o individual. Pensar a plurissubjetividade ou os vínculos suplementa a metapsicologia freudiana com estudos que priorizam a intersubjetividade e a transubjetividade, estudos que nomeio como *metapsicologia para as redes vinculares*.

2.2.

Por uma metapsicologia para as redes vinculares

Falar em *metapsicologia para as redes vinculares* exige considerar esta área em contínua transformação e aberta ao devenir. Segundo Ferreira (2001), transformação, do latim *transformatione*, é sinônimo de metamorfose: qualquer operação em que se modifica ou se mapeia uma configuração em outra.

Em cada tempo, construções teórico-clínicas são desconstruídas e reconstruídas num posicionamento de escuta às configurações vinculares atuais e contextuais. Contamos somente com alguns traços de trilhas, anteriormente percorridas, a serem recuperados pelo *protagonismo* de cada autor que acrescenta seu legado teórico-clínico. “Os conceitos teóricos não são a base, mas sim o topo de qualquer construção, e podem ser substituídos ou abandonados sem nenhum dano” (Freud, 1914, p.93).

A clínica é soberana sobre qualquer construção teórica e exige a não aplicação de conceitos pré-estabelecidos. Ela eclipsa a teoria entendida como ficção ou metáfora e não como um dogma a ser respeitado cegamente.

Na releitura da obra freudiana, à luz da teoria dos vínculos e pensando a transmissão psíquica, temos os primórdios de uma *metapsicologia para as redes vinculares*. O tema da intersubjetividade tinha presença subliminar nas contribuições sobre

a cadeia de identificações e sobre o apoio do psiquismo na subjetividade do outro.

Freud engaja a presença do outro na própria formação da pulsão, ao afirmar, entre outras colocações, que:

“(...) Esta (a mãe) não se contenta em nutrir, mas cuida da criança e, desse modo, desperta nela várias outras sensações físicas agradáveis ou desagradáveis. Graças aos cuidados que lhe presta, ela se transforma em sua primeira sedutora. Por esses dois tipos de relação, a mãe adquire uma importância singular, incomparável, inalterável e permanente, e se torna, para os dois sexos, o objeto do primeiro e mais potente de todos os amores, protótipo de todas as relações amorosas ulteriores...”

(Freud, 1938, p.217)

Posteriormente, Winnicott (1975), de forma inovadora, destaca-se entre os autores que valorizam a ação do meio externo e da experiência cultural para a formação da subjetividade.

Foi necessário ir além e transitar caminhos desconhecidos, caminhos a serem descobertos no passo a passo de construção teórica-clínica mais sensível à questão da intersubjetividade³. Um movimento criativo e transformador na teorização existente foi acontecendo para legitimar o lugar e a função do psicanalista na escuta das redes vinculares.

Chamo de *redes vinculares* a gama variada de vínculos que se constitui nos contextos de casal, família, grupo, instituição, comunidade e sociedade e que se formam estabelecendo múltiplas conexões e influências recíprocas, dando suporte e fronteira à construção constante e criativa da subjetividade.

Piera Aulagnier, na França, e Enrique Pichon-Rivière, na Argentina, cada um com seus aportes, foram os precursores desta teoria que, hoje, desemboca nos vínculos e suas configurações.

Aulagnier (1975) manifestou sempre a preocupação de articular os espaços psíquicos entre os sujeitos. Isto permite afirmar que lançou as *matrizes conceituais* de uma metapsicologia

³ Apesar deste texto não trabalhar com a noção de intersubjetividade proposta por Lacan, é importante registrar que, para ele, esta noção faz referência aos efeitos da intersubjetividade no sujeito, mas não aborda a consistência psíquica do espaço intersubjetivo.

do campo da psicanálise para as redes vinculares. Estas matrizes foram assimiladas tanto pela abordagem argentina quanto pela francesa na construção da teoria psicanalítica, não só para a escuta dos vínculos em si, mas também para a compreensão da rede vincular que inscreve impressões e dá sustentação a cada sujeito. Várias são estas matrizes e, dentre elas, priorizo o *contrato narcísico* e a *violência primária*, radical e necessária por seu efeito de antecipação.

O *contrato narcísico* “é um conceito capital para toda tentativa de articular uma problemática psicanalítica da intersubjetividade” (Kaës, 1998, p.56). Ele tem, como signatários, a criança e o seio do grupo familiar e social aos quais se integrará. Antes até de seu nascimento, num efeito de antecipação, a criança é investida como voz futura a repetir os enunciados transmitidos pelo discurso familiar, garantindo assim a presença quantitativa e qualitativa dos legados. Em contrapartida, ao firmar este contrato inconsciente, a criança, herdeira do narcisismo familiar, pedirá que lhe seja garantido um lugar independente do veredicto parental.

Em sua fundação como sujeito, a criança tem uma carga a assumir junto com a família, já que o desejo dos outros está presente antes do nascimento e da concepção e pode ser transmitido inconscientemente. Cada indivíduo chega ao mundo com a missão de garantir a continuidade do conjunto ao qual pertence, conjunto familiar e sociocultural. O grupo é o primeiro a propor o investimento narcísico e a criança responderá se encaixando nos modelos propostos, obtendo desde modo uma certeza sobre sua origem e o acesso à sua história (Kaës, 1998).

Geralmente, cabe à mãe apresentar o recorte que faz do discurso familiar e cultural, como uma fonte de determinação inconsciente, inscrevendo o que Aulagnier denomina *violência primária*. Esta é estruturante do sujeito, já que funda seu desejo.

Por outro lado, Pichon-Rivière (1988) alertava sobre a presença de três D na configuração familiar: o depositante, que geralmente manipula alguns dos membros ou todo o grupo; o

depositário, que carrega o legado ou missão familiar, sendo o portavo-voz da doença familiar; e o depósito ou conteúdo, transmitido pelas vias dos vínculos estabelecidos⁴. Podemos considerar esta teoria do vínculo e a psicoterapia de grupo, também desenvolvida por ele, como uma das pedras angulares da psicanálise sensível às questões vinculares. O lugar deste autor como precursor é reconhecido além-fronteiras, quando, em 1994, é publicada, na França, o nº 23 da *Revue de Psychothérapie Psychanalytique de Groupe* com o título: “Psychanalyse et psychologie sociale – Hommage a Enrique Pichon-Rivière”. Nesta revista, diz René Kaës:

“O pensamento de Pichon-Rivière é um pensamento fundador (...). Pichon-Rivière foi um dos que começou a tornar inteligível o que a psicanálise poderia aportar de específico ao conhecimento dos laços intersubjetivos especialmente nas suas expressões grupais e familiares.”⁵

(Kaës, 1994, p.15; p.10)

Segundo Ruiz Correa (2000), a produção teórica francesa tem reelaborado alguns conceitos pichonianos. Ela também nos lembra que, ao definir o grupo como uma estrutura operante em ação, Pichon-Rivière já propõe uma estrutura que possibilita transformações no transcorrer de sua efetivação.

Atualizando e transformando o legado freudiano e a herança teórica de Aulagnier e Pichon-Rivière, no que se refere ao campo intersubjetivo, René Kaës ocupa hoje, na metapsicologia para as redes vinculares, o lugar ocupado por Freud na metapsicologia para o sujeito. Ele desenvolve vários conceitos que permitem pensar o apoio grupal do psiquismo e sua presença na transmissão psíquica. Dentre estes, destaco o pacto denegativo, o conceito de intermediário e o aparelho psíquico grupal.

Como contraface do contrato narcísico, Kaës (1998) propõe o *pacto denegativo*. Chama-se de pacto denegativo a formação intermediária, estabelecida em todo vínculo, que condena tudo

⁴ É neste depósito ou conteúdo, transmitido inconscientemente, que se centrará o nosso estudo.

⁵ Tradução da autora.

aquilo que poderia colocar em risco a construção ou a manutenção do vínculo (casal – família – grupos) ao recalque, à negação e ao repúdio.

Segundo Laplanche & Pontalis (1971), *recalque* é a operação pela qual se tenta repelir ou manter, no inconsciente, representações ligadas a uma pulsão que, sendo satisfeita, ameaçaria causar desprazer; *recusa*, no texto freudiano, refere-se a um modo de defesa que consiste em não querer reconhecer a realidade de uma percepção traumatizante; e *negação* é o processo pelo qual é difícil admitir as recordações, sentimentos, desejos e pensamentos que emergem do recalçado.

O pacto denegativo denuncia o custo psíquico pago para manter o vínculo e os espaços psíquicos comuns. Implica em renúncias obrigatórias e tem dupla função, já que, ao mesmo tempo, organiza e defende o vínculo. Como pacto de natureza intersubjetiva, traz a proibição e a renúncia estipulada pelo espaço transubjetivo.

Este pacto faz-nos defrontar com a existência do que, na clínica dos vínculos familiares, tenho nomeado de desertos, áreas escuras, sombras formadas pela negação do espaço psíquico compartilhado, sombras do lugar do não vínculo. Os membros do casal ou do grupo familiar pactuam um contrato inconsciente, visando à garantia de continuidade dos ganhos e perdas da configuração vincular, principalmente nos seus componentes estruturais. Na procura do consenso, negativizam a violência, a divisão e a diferença que todo vínculo comporta. Negativizar corresponde, aqui, à imagem do negativo fotográfico nunca revelado. O pacto denegativo tem, então, um enunciado que nunca é formulado. Ele é e tem que continuar inconsciente, criando no conjunto do não-significável “zonas de silêncio, bolsões de intoxicação, espaços-lixeiros ou linhas de fuga que mantêm o sujeito estrangeiro à sua própria história” (Kaës, 1998).

Além do pacto denegativo, Kaës apresenta um outro conceito, sempre presente para a compreensão das redes vinculares: o conceito de *intermediário*.

A noção de intermediário, resgatada do texto freudiano, é aprofundada por Kaës (1996), que a delimita como conceito. Ele valoriza não só a intermediação na função de articulação que reduz os antagonismos, como também a intermediação com sua faceta de criação ou gênese que realiza uma passagem transformadora. Ter presente o conceito de intermediário permite pensar o movimento que os acontecimentos imprimem ao embasamento repetitivo do legado familiar.

Legado, do latim *legare*, segundo Ferreira (2001), significa herança transmitida ou transferida. Considero que o *legado familiar* faz referência à herança psíquica inconsciente, construída pela suplementação das inscrições e impressões familiares, sociais e globais que incidem em cada sujeito. Ao se apropriar criativamente deste legado transmitido, o sujeito passa a ser protagonista e transmissor da história familiar veiculada. Em cada cultura e em cada contexto socioeconômico, o legado familiar tem uma elaboração própria e específica.

Pode-se ter dois tipos de intermediário: aquele que opera no interior de uma mesma estrutura; e o que articula dois conjuntos heterogêneos, aproximando o que existe em comum e discriminando as semelhanças e as diferenças.

Fazendo a intermediação do espaço intrasubjetivo com o espaço transubjetivo, o *aparelho psíquico grupal* se constitui em constante criação não sendo uma construção fixa e definitiva. Ele tem uma tripla função: de contato, de transmissão psíquica e de transformação inconsciente entre os membros do grupo (Kaës, 1996).

O grupo familiar já foi a rede vincular primordial, mas se constitui, hoje, em uma das redes que compartilha sua função com outras várias *redes vinculares de pertença*, configuradas para além do familiar como *suporte solidário* mais ou menos efetivo.

Estas *redes vinculares de pertença* são receptáculo do resto que excede a representação familiar e, ao mesmo tempo, o espaço emissor de novas apresentações a serem elaboradas pelo grupo familiar.

Como integrantes de redes, cada sujeito passa a ser um participante ativo ou protagonista com um olhar não completo. Com este olhar, cai a ilusão de completude e a onipotência, surgindo a força da castração e das próprias limitações. Sem um saber definitivo sobre si próprio, sobre seu grupo familiar, sobre seu contexto social, cada um é chamado a criar.

Ancorados em Aulagnier e Kaës e ante a necessidade de diferenciar o espaço subjetivo advindo do próprio sujeito, do familiar e do social, Puget e Berenstein (2001) propõem pensar três espaços que constituem os pilares do sentimento de pertença.

O *espaço intrasubjetivo* circunscreve o mundo interior do sujeito com suas representações, imagens, sonhos e fantasias; mundo onde a presença concreta do outro não faz falta para o funcionamento.

O *espaço intersubjetivo* delimita um mundo no qual o eu está com outros em privilegiada relação de intimidade. Há um vínculo com intercâmbios de sentimentos ambivalentes de amor e ódio, de ternura e agressividade. O vínculo estabelecido definirá a identidade sexual e a inserção genealógica.

Finalmente o *espaço transubjetivo* refere-se ao que nos marca do mundo circundante ou sociocultural, através das relações com diferentes conjuntos, representantes da sociedade, tais como: valores, princípios morais, crenças, ideologia e história.

Considero que, historicamente, foi muito importante conceituar os três espaços psíquicos. Foi um modo de chamar a atenção dos psicanalistas para a presença de três (e não de um ou dois) contextos específicos na construção e metamorfose da subjetividade e das redes vinculares. Penso que, na clínica, a classificação proposta apresenta-se sem purismos. Mais exatamente, a intrasubjetividade, a intersubjetividade e a transubjetividade

configuram-se como diferentes dimensões do psiquismo, dimensões que estão em interseção, cada uma delas sendo sempre marcada pelas outras. A intrasubjetividade, a intersubjetividade e a transubjetividade estabelecem, entre si, relações recíprocas e concomitantes, tanto de excesso como de déficit. Atuam como diferentes dimensões da psique na qual cada dimensão não recobre totalmente as outras.

Confrontando a construção teórica da psicanálise das configurações vinculares sobre os três espaços psíquicos com o aporte dos grupelistas franceses, registro algumas diferenças. Para os franceses, o transubjetivo se relaciona com o transgeracional e não com o social, ou seja, o transubjetivo valoriza tudo o que se inscreve pelo eixo vertical da transmissão psíquica, entre e pelas gerações. Para os argentinos, e também neste texto, o transubjetivo, como já definido, valoriza o que faz inscrição no espaço psíquico a partir do social, pelo eixo horizontal e sincrônico dos vínculos atuais, e outros acontecimentos advindos do mundo real.

Neste trabalho, tenho, como objetivo, resgatar a importância de duas vertentes na construção da subjetividade e dos vínculos: não apenas o que nos chega pelo legado familiar e cultural, transportado de uma geração a outra pelo *eixo genealógico*, mas também tudo o que é construído e transformado no tempo presente, pela incidência do *eixo de acontecimentos* familiares e sociais contemporâneos⁶.

Para Puget (1989), cada espaço tem leis próprias que funcionam como organizadoras: no intrasubjetivo, há a proibição de se autodestruir; no intersubjetivo, há a proibição do incesto ou castração; e, no transubjetivo, há as proibições de roubar e de

⁶ No que se refere ao vínculo com o outro e ao macro-contexto, inferimos que Aulagnier e Kaës não concordam com Puget e Berenstein. Os franceses, num posicionamento psicogenético, propõem que o intersubjetivo e o transubjetivo advêm posteriormente e não como postulam os argentinos, que consideram, desde o início, um trabalho direto do psiquismo de acordo com os três espaços estipulados. Finalmente, quando Kaës fala em intersubjetividade, refere-se ao valor fundador da subjetividade parental como estruturadora da subjetividade da criança. Já para Puget e Berenstein, há uma marca fundadora que advém da subjetividade dos pais, mas há também vínculos que, pela vida, chegam a transformar e reconstruir a matriz original da intersubjetividade como acontecimentos.

matar. O ataque às leis que regem a organização dos espaços psíquicos faz com que, muitas vezes, a autodestruição, o esfacelamento das redes vinculares e a violência imperem. Para ela, a subjetividade familiar é dirigida por valores e parâmetros diferentes da subjetividade social.

“Uns são os valores que constituem o teu ser como sujeito de uma estrutura familiar, valores que passam pelo Édipo e pela proibição do incesto (...) Ser sujeito da estrutura social passa por outro tipo de valores tais como a proibição de matar a qualquer um, não somente ao pai mas também um semelhante.”

(Puget, 2001)⁷

Percebemos a atual sociedade como portadora de um tempo transgressor que apresenta constantemente novas contribuições e inovações. Frequentemente, a mensagem social que se repete é a de eliminar as fronteiras sexuais, geracionais e de poder. A transgressão, desta maneira, pode ser perversa. Outras vezes, porém, ao propor rupturas dos valores transmitidos, pode-se estar criando ou tentando criar. Como já dito por Bachelard (1996), perturbamos a ordem estabelecida e ao mesmo tempo a enriquecemos.

No intuito de revalorizar a incidência do espaço transubjetivo na construção e transformação da subjetividade e dos vínculos familiares, recupero alguns dos conceitos fundamentais, a fim de compreender as impressões cunhadas pela presença das referências socioculturais na configuração da subjetividade e dos vínculos.

A *subjetividade* não é uma, é múltipla. Apresenta-se como lugar de encontro das redes vinculares, transmissoras das inscrições do próprio desejo, do desejo familiar e do desejo da cultura. O sujeito precisa se deparar com cada um destes desejos para discriminar a sua constituição, ancorada em redes vinculares que o antecedem, que lhe dão acolhida, que o delimitam e o transformam.

⁷ Comunicação pessoal. Tradução da autora.

A subjetividade emerge de uma extensa rede intersubjetiva e transubjetiva, tendo como apoios o sentimento de identificação, próprio do eu, e o sentimento de pertença, próprio do vínculo.

Considerando o enraizamento da subjetividade nas redes vinculares e em sintonia com Kaës, passamos a incluir uma nova dimensão na escuta clínica e a definir o sujeito não apenas como sujeito do inconsciente, mas também como sujeito do grupo, ancorado numa grupalidade psíquica e nos grupos internos, especialmente no grupo familiar. Os vínculos intersubjetivos aparecem, portanto, como uma “condição necessária e decisiva para a construção da subjetividade” (Kaës, 2000, p.97).

Falar em sujeito do grupo redimensiona a força do sujeito do inconsciente como elo de uma cadeia de transmissão psíquica, originada no conjunto intersubjetivo que o antecede e descende até os sucessores.

Ao pensar a intersubjetividade como tecido matricial da transmissão psíquica, entre e pelas gerações, consideramos o lugar e a função de mais de um outro na construção do psiquismo. Reconhecendo a intersubjetividade como tecido matricial, consideramos e articulamos espaços psíquicos diferentes e semelhantes. “São importantes as exigências do trabalho psíquico de ligação e transformação, bem como de procura de sentido imposta pela intersubjetividade na formação do espaço e da lógica intersubjetiva” (Ruiz Correa, 2002, p.149).

Propondo a subjetividade como emergente da intersubjetividade e atravessada pela transubjetividade, o vínculo passa a ser um conceito-chave. Entende-se o *vínculo* como um espaço intermediário ou potencial em que há um investimento significativo entre dois ou mais sujeitos, investimento que cria novas possibilidades de funcionamento psíquico para todos e para cada um. O vínculo se configura como um espaço de criação no qual o patrimônio psíquico dos participantes se faz em dialogia (Morin, 1994), pela construção correlativa do eu e do tu, do nós e do vós. Ele tem três matrizes: a que nos identifica, a que nos diferencia ou

faz a alteridade e a que se mantém como “ajenidad” - alheio, alijado - ou não reconhecível em cada um de nós ou dos contextos.

Todo vínculo encontra-se marcado por uma alternância entre o tempo do narcisismo e o tempo do Édipo, no entanto se percebe que a atual cultura ocidental apresenta-se impregnada de demandas narcísicas e, muitas vezes, inscreve, nas redes vinculares, uma cegueira para com a alteridade.

O vínculo tem um nível profundo, inconsciente e originário que o funda e que se constitui em alicerce ou “zócalo” (Puget & Berenstein, 1989) das redes estabelecidas. O “zócalo” contém desejos infantis não atendidos, identificações primárias e secundárias, representações socioculturais inconscientes e elementos importantes para a pertença. Este “zócalo” é estável, mas variável, e tem por função organizar os intercâmbios emocional, sexual, econômico e verbal, estabelecidos entre os implicados no vínculo.

Para estabelecer e manter os vínculos, firmam-se *contratos inconscientes* que se realizam através de acordos e pactos. Nos *acordos*, há uma apropriação mútua e compartilhada de aspectos de cada um, com tendência a unificar os funcionamentos vinculares e mentais. O acordo abre ou dificulta a possibilidade de um intercâmbio afetivo mais complexo. Ilusoriamente, todo acordo se estabelece para sempre; a passagem do pólo narcisista ao pólo amoroso acontecerá, entretanto, acompanhada de uma mudança de acordos. Os *pactos* tendem a especificar aspectos diferentes e criam o imperativo de fazer concessões para satisfazer o desejo do outro. Eles têm, por base, tanto propiciar defesa frente à angústia de ser devorado pelo outro quanto defender do medo de cair na indiscriminação (Puget & Berenstein, 1989)⁸.

Os contratos inconscientes, seja na versão de acordos, seja na de pactos, constituem invariantes, sempre presentes na estruturação das redes vinculares e do legado familiar. Para além destas

⁸ Exemplos de contratos inconscientes são: o contrato narcísico, proposto por Aulagnier (1975), e o pacto denegativo (1991a), definido por Kaës.

invariantes, somos convocados a escutar as variantes, que constantemente se apresentam na construção e transformação da herança, transmitida de geração em geração, na formação das redes.

A psicanálise para as redes vinculares foi abrindo seu campo de estudo e práxis, ao fazer inclusão das variantes que o social apresenta para a construção da subjetividade e do legado familiar. Como antecedentes, na construção teórica sobre os efeitos psíquicos dos acontecimentos transsubjetivos, registro os estudos desenvolvidos, principalmente na América Latina e na França, sobre a violência de estado, a ditadura e a tortura. Restringir o efeito desses e outros acontecimentos externos ao espaço intrasubjetivo seria, “amputar a possibilidade de se pensar no coletivo e de pensar o coletivo enquanto tal, como não sendo do mesmo registro que o campo psíquico” (Kaës, 2002)⁹.

Percebe-se, então, um terreno vincular tão propício à repetição quanto à criação, terreno marcado tanto pela presença da ordem estrutural como pela ordem do acontecimento.

2.3.

O acontecimento balançando as estruturas...

“Caminante, son tus huellas
el camino, y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar,
Al andar se hace camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante, no hay camino,
sino estrellas en la mar”.

(Antonio Machado, 1984, p.146)

O conceito de *acontecimento*¹⁰, como proposto pelo filósofo francês Alain Badiou (1991, 1994), instalou-se como um divisor de

⁹ Comunicação pessoal.

¹⁰ *L'événement* foi traduzido para o português como “o evento” e para o espanhol como “o acontecimento”. Neste texto, utilizo evento e acontecimento como sinônimos, privilegiando nomear como acontecimento o que, criativamente, suplementa a estrutura.

águas na minha pesquisa relativa à transmissão do legado familiar e a suas múltiplas metamorfoses teórico-clínicas.

Há, então, uma filosofia que tem base no conceito de acontecimento ou evento¹¹ e, a partir dela, pode-se repensar as modificações surgidas na teoria. Esta filosofia supera a diferença entre sujeito e objeto proposta pela filosofia clássica e passa a ter como interesse a produção. Considerando este enfoque, urge um novo olhar sobre a teoria psicanalítica para as redes vinculares, assim como realizar o atendimento psicanalítico vincular, escutando as práticas familiares e as produções que hoje se apresentam em constante transformação.

Badiou (1991) conceitua, como acontecimento, o que faz irrupção, inscreve um traço e muda as significações vigentes. Este acontecimento é definido por Legrand (1993) como acontecimento biográfico, tendo em vista ser toda biografia feita de acontecimentos inscritos na linha do tempo, deixando um vestígio aparente onde acontece.

“Na hora da invenção tudo está pronto para que aconteça, menos a invenção em si. A invenção faz ser o que na situação anterior a ela não era” (Moreno, 2000, p.24)¹². Nem tudo que é novo consegue afetar a estrutura. Só podemos pensar em acontecimento quando essa estrutura é balanceada. Esta estrutura balanceia somente quando as significações passam a ser outras, dando lugar à imprevisibilidade.

Na construção da subjetividade e dos vínculos há um movimento de continuidade e um de imprevisibilidade. O imprevisível não está impresso e não cabe como representação na continuidade da vida psíquica. Ele se apresenta abruptamente e irrompe com grande mobilização dos envolvidos, podendo se constituir em acontecimento ou não. Tudo isto faz com que, hoje, o

¹¹ O conceito de evento ou acontecimento tem presença marcante, não só na obra de Badiou, como também na de Deleuze e Derrida, constituindo-se num tema atual e instigante.

¹² Tradução da autora.

nosso objeto de pesquisa não seja apenas a continuidade, mas também as rupturas.

Katz (2002) expõe ser necessário deixar a causalidade, na qual tudo advém do complexo de Édipo, e ter como lema o vir-a-ser, que se abre para os acontecimentos. A determinação inconsciente entendida como fundamento, faz pensar que todo o vivido, o apresentado na transferência analítica, teria uma única origem: a sexualidade infantil e a resolução do Édipo. Havendo apenas determinação, não haveria surpresas ou acontecimentos; não pensemos a determinação inconsciente como um único fundamento e motor da subjetividade. Na verdade, não temos uma origem absoluta, e sim vários pontos de partida, somatório de inscrições significativas ao longo de toda a vida, tendo como lugar especial a fase da infância: “sobre as origens e os pontos de partida o sujeito constitui diferentes versões” (Berenstein, 2001, p.68).

Como psicanalistas, fomos convocados a remeter todo significado inconsciente a fantasias ou experiências infantis, que deixariam inscrições psíquicas e que seriam repetidas com roupagem diferente. Passando a considerar a relação mãe-filho não como encontro fundador da subjetividade e sim como ponto de partida primordial, deixamos em aberto a possibilidade de outros pontos de partida que, durante a vida, em toda e qualquer etapa do desenvolvimento, fazem inscrição como acontecimento e são geradores de subjetividade e de vínculos. Ao produzir subjetividade nova, colocamos limites mais precisos ao campo da repetição e abrimos a ordem do acontecimento.

Algumas rupturas ou descontinuidades fazem parte do devenir humano, tais como um nascimento ou morte natural; outras podem ser da ordem do impensável, como um acidente fatal ou uma morte inesperada por atos de violência.

Na narrativa da história familiar, conjugal ou individual, constantemente nos deparamos com acontecimentos sempre singulares, que se apresentam entre o nascimento e a morte ou que são transmitidos inconscientemente pela cadeia das gerações. A

significação do acontecimento inscreve-se *a posteriori* e este pós-tempo torna difícil o acesso direto. É através das impressões, traços de memória ou documentos do patrimônio psíquico (fotos, cartas, objetos de troca ou presentes, etc.), que nos aproximamos do acontecimento (Legrand, 1993).

Essa narrativa não é estática e sim dinâmica. Ela demanda que os acontecimentos se construam, desconstruam e reconstruam. O acontecimento, para além da repetição, “vai ser sempre o estilete de algo que vai poder se transformar”¹³. O acontecimento irrompe na história de vida e instaura uma outra temporalidade que faz falar do antes e do depois. Não é possível ter noção da medida exata do acontecimento produzido – a incompreensibilidade faz parte de sua essência: não é possível nem compreendê-lo perfeitamente, nem incorporá-lo à nossa consciência. Um abismo aberto por acontecimentos impensáveis imprime no sujeito um profundo desamparo.

Algo pode ser considerado da ordem do acontecimento, da ordem criativa nos vínculos familiares, ordem propiciadora do protagonismo, indo além do destino legado pela transmissão psíquica geracional com sua força inconsciente.

Quando, no texto de Shakespeare, Romeu e Julieta levam em frente o seu amor, tornam-se transgressores da lei, da norma social e familiar vigente. O contexto social da época não estava pronto para o vínculo amoroso. Este amor passa a ser então um paradigma do amor adolescente e, como tal, torna-se um acontecimento a marcar as gerações que se sucedem até hoje.

O sujeito, o casal e a família vão além dos legados que lhe foram transmitidos e apresentam um essencial de criação, de novo, de produção individual ou vincular.

O acaso e a repetição, o estranho e o familiar pulsam paradoxalmente em todo e qualquer investimento, seja na vida em si ou na produção teórica e clínica. Mesmo assim, por muito tempo, a

¹³ Carreteiro (2002) – colocação feita no Exame de Qualificação da autora em 22/03/2002 na PUC-Rio.

teoria e a clínica ficaram centradas no estudo e na escuta da repetição, deixando à margem questões que nos defrontam com o acaso e a ordem do acontecimento.

Para Maia (1999), o acaso é uma das forças do mundo, anterior a qualquer ordem ou desordem: não pretende explicar logicamente a existência, mas se revela nos acontecimentos. Pelo acaso, fica impossível prever o que ainda não aconteceu, porque todo acontecimento só se torna necessário após ter ocorrido, tornando-se o acaso, então, uma necessidade¹⁴.

O “acaso”, todavia, precisa ser pensado como algo que acontece o tempo todo e não como algo raro. Ele nos convida, no dizer de Badiou (1991), “a dar um passo a mais”, indo por um caminho ainda a ser trilhado, questionando o determinismo, que marca o pensamento estruturalista.

2.3.1. Ordem estrutural?

“A consistência hoje se desvanece, todos os sólidos se desmancham no ar... Nada se constrói sobre a pedra, tudo sobre a areia mas nosso dever é construir como se fosse pedra a areia”.

(Lewkouvig, 2001)

Sempre há um “discurso sagrado”, que tende a ser canal de expressão da repetição, do estrutural, na sua concepção determinista por excelência. Segundo Rojas (1988), o discurso sagrado é uma das formas de discurso violento, caracterizado por certezas que impedem as diferenças e a singularidade e restringem a liberdade de pensamento. A este discurso, se contrapõe a narrativa interrompida, narrativa que se apresenta como expressão de criação, de tema aberto a novas construções. Na psicanálise, muitos mantêm ainda um discurso sagrado, com nuances estruturalistas, que hoje

¹⁴ O conceito de necessidade, em Winnicott (1975), converge para a colocação de Badiou (1991), delimitando o acontecimento como o lugar criador, a partir do qual ficam anuladas as noções de ordem e desordem.

apresenta impasses e limites, visto que um percurso transformador foi ocorrendo com a ordem estrutural.

Desde o seu início, o discurso freudiano traz não só o uso da palavra estrutura como também noções que evocam esta idéia. Birman (1993) lembra os conceitos de inconsciente, pré-consciente e consciente que são indicadores de uma leitura do psiquismo como sistema, assim como as instâncias do id, ego e superego, estruturas diferenciadas na segunda tópica. Ao mesmo tempo, ressalta que o texto legado por Freud não é estruturalista *avant la lettre*, mas pode ser reinterpretado de acordo com os pressupostos da ordem estrutural.

Os autores pós-freudianos utilizam, com freqüência, o termo estrutura. Este posicionamento marca insistentemente as construções teóricas dos psicanalistas que estudam os vínculos e, em especial, os conceitos de casal e de família. Não encontramos, entretanto, no legado destes autores um significado unívoco para o termo estrutura, que foi carecendo de rigor conceitual. Conforme Birman (1993), o termo estrutura no legado psicanalítico refere-se comumente ao conceito de organização e não ao de estrutura. Para ele, a concepção de *organização* fala de uma totalidade e define a relação entre o todo e as partes. Já a idéia de *estrutura* indica uma anterioridade, um todo que antecede e prevalece sobre as partes, que se inserem na totalidade, seguindo critérios de ordem e de valor.

Relendo a construção teórica dos autores franceses e argentinos da psicanálise para as redes vinculares, percebo que a ordem estrutural perpassa todo o legado. A origem deste posicionamento me leva até 1948, quando Lévi-Strauss defende sua tese *Les structures élémentaires de la parenté*. Este texto inova ao propor uma base universal para explicar determinados fenômenos e ao apresentar a passagem da problemática da filiação para a da aliança. Lévi-Strauss procura raízes atemporais, universais, que ajudem a esclarecer a proibição do incesto, mantendo-se como uma das invariantes presentes nos vínculos familiares. Passamos a pensar, desde então, nos vínculos proibidos e permitidos, quem

pode (socialmente) ser meu cônjuge e quem não pode, já que, pela proibição do incesto, se faz a passagem do fato natural da consangüinidade para o fato cultural da aliança.

Há determinações de caráter universal para a cultura que regulam o permitido e o proibido. Seja em consonância ou em dissonância com os ideais socioculturais, os vínculos familiares, em seu percurso histórico, ficarão mais ou menos próximos desta indicação.

No retorno a Lévi-Strauss, querendo compreender as bases estruturalistas da psicanálise sensível aos vínculos, atualizar o dizer de Dosse (1993) pode ser esclarecedor:

“O inconsciente lévi-straussiano é estranho, portanto, aos afetos, ao conteúdo, à historicidade do indivíduo. Reencontra-se o predomínio concedido à invariante sobre as variações, à forma sobre o conteúdo, ao significante sobre o significado, próprio do paradigma estrutural.”

(Dosse, 1993, p.139)

No enfoque estruturalista, a sincronia tem lugar de destaque com relação à diacronia. O eixo diacrônico da vida familiar seria apenas um derivado do eixo sincrônico. A força do tempo histórico, das construções próprias e inovadoras de cada geração fica minimizada e paga-se o preço de ter um olhar a-histórico que nos marca por várias décadas. Dosse (1993) afirma que, durante o século XX, se foi nstituindo uma nova relação com a temporalidade, inscrevendo-nos nessa cultura a-histórica.

“Resultou daí uma dilatação do presente, uma presentificação do passado, e um novo modo de relação com a historicidade em que o presente já não é pensado como antecipação do futuro mas como campo de uma possível reciclagem do passado no modo genealógico. O futuro dissolve-se e o presente imóvel, permite que o passado não se distancie...É uma relação descontraída entre passado e presente que se institui, quando já não se trata de apurar o que permite construir um outro devir, quando o futuro está aferrolhado, imobilizado num equilíbrio presente que é chamado a se repetir indefinidamente”.

(Dosse, 1993, p.388)

Lévi-Strauss formulou as regras de intercâmbio com base na proibição do incesto e na teoria do avúnculo. Postulou leis gerais em todas as culturas humanas, leis apresentadas epistemologicamente como invariâncias ou invariantes. O estruturalismo, oriundo tanto da lingüística como da antropologia, foi pilar importante para o campo psicanalítico individual, vincular e, em especial, para o da família.

Os psicanalistas argentinos, Isidoro Berenstein e Janine Puget desenvolveram os conceitos estruturalistas de Lévi-Strauss no campo psicanalítico e abriram um novo espaço teórico clínico nomeado Psicanálise das Configurações Vinculares. Eles criaram conceitos que funcionam como leis gerais na clínica vincular, dentre os quais destaco o de *estrutura familiar inconsciente (E.F.I.)*. Este conceito significou uma ampliação da psicanálise para a teoria e clínica vincular, tendo como suporte a estrutura de parentesco, conforme proposta por Lévi-Strauss. As primeiras noções deste estudo foram apresentadas por Berenstein, em 1970, e a formalização da E.F.I., como matriz inconsciente que regula as relações do grupo familiar, aconteceu, em 1976, no livro *Familia e Enfermedad Mental*, do qual contamos com versão para o português.

No encontro de Berenstein com a estrutura de parentesco proposta por Lévi-Strauss, considero ter ocorrido um acontecimento que marcou tanto a origem do conceito de E.F.I. como inaugurou a construção teórica da psicanálise das configurações vinculares. Até essa época, os autores utilizavam os conceitos derivados da escola kleiniana, principalmente o de identificação projetiva para a construção do vínculo.

Disse Berenstein em entrevista que me concedeu em abril de 2001 em Buenos Aires:

“Como depois o aporte kleiniano não me resultava mais satisfatório, dei como por acaso com a estrutura elementar de parentesco de Lévi-Strauss. Isso me permitiu reunir uma série de observações clínicas que até esse momento tinham ficado de fora. Naquele momento, o modelo da E.F.I. ou modelo de quatro termos para mim significou uma virada porque me permitiu estabelecer

uma base, um ‘zócalo’ como o chamávamos na época, uma estrutura que lhe dera sentido já não somente a uma pessoa como é o inconsciente reprimido senão a um conjunto de pessoas que formam parte de uma família. Passamos a entender o funcionamento a partir de algo profundo que não fosse apenas a motivação individual infantil... Isto permitiria compreender todas as significações e uma série de produções de um conjunto de parentesco tanto de uma família como de um casal.”¹⁵

Nesta passagem da concepção antropológica para a da psicanálise das configurações vinculares, Berenstein transpõe de um campo para outro os termos do parentesco e, ao mesmo tempo, lhes atribui vãos próprios, assumindo liberdade considerável em relação ao dogmático ou determinante dos termos em questão.

Neste estudo, vou discutir esse interjogo que acontece entre um posicionamento mais determinista e as variantes sempre possíveis. No dizer de Passos (2003), “é necessário pensar na dinâmica processual que, ao longo do tempo, organiza algumas leis como universais e descarta outras como normas meramente transitórias” (p.19).

A importância do conceito de estrutura familiar inconsciente reside no fato de ter permitido a passagem do singular para o plural, preservando a rede inconsciente como essência da psicanálise também no âmbito vincular. Trata-se de um conceito-limite entre a realidade psíquica da psicanálise e a estrutura de parentesco antropológica. Como apresentado por Berenstein, este é integrado por quatro vínculos: de *aliança*, de *filiação*, de *consangüinidade* e *avuncular*.

O *vínculo de aliança* ou casal inclui a relação entre dois eus que ocupam, cada um de forma específica, o lugar e a denominação de *esposo e esposa* e, posteriormente, de *pai e mãe*, estas últimas a partir do filho que advém como objeto de desejo. O *vínculo de filiação* é o nome da relação dos pais com os filhos que estabelece uma dupla nomeação: a pertença ao grupo familiar, definida pelo sobrenome e o próprio nome de cada um, criação significativa da E.F.I.. O *vínculo de consangüinidade* é o da relação dos irmãos

¹⁵ Tradução da autora.

entre si, dizia Berenstein, mas atualmente, ante as novas formas de família, consideramos mais apropriado falar em *vínculo fraterno*, já que inclui relações que vão além do mesmo sangue. Ainda integrando a E.F.I., proposta por Berenstein, temos o *vínculo avuncular*, que nomeia a relação do filho com a família materna ou seus representantes (lugar especial ao tio materno ou “avúnculo”, conforme a denominação da antropologia). Em certos casos, a clínica mostra um deslizamento deste vínculo para a família paterna.

A E.F.I. tem um sentido *tópico*, por estabelecer um conjunto de posições ligadas em uma estrutura vincular (materna-paterna-filial-avuncular). A tópica privilegia os elementos que não mudam, ou seja, as variantes estruturais que trazem o risco de se tornarem um modo de conhecimento dogmático. Ao afirmar, porém, que a E.F.I. tem também um sentido *dinâmico*, Berenstein deixa aberta a possibilidade de criação e de acontecimento, apresentando a permutação dos signos afetivos que podem transformar o sentido das representações vinculares e os afetos circulantes. Cada eu ocupará seu lugar a *seu* modo, mas atendendo ao mandato da cultura.

Na clínica vincular, a E.F.I aparece com movimentos próprios oriundos da presença dos três espaços psíquicos em ação permanente: o intrasubjetivo, o intersubjetivo e o transubjetivo. O modelo da E.F.I. é um modelo sincrônico que não aprofunda os aportes da transmissão psíquica em seus dois eixos: o geracional e o transubjetivo. Consideramos que hoje, a determinação estrutural fica profundamente abalada por uma concepção do ser como múltiplo e do grupo familiar como rede, ambos inacabados e em construção permanente.

2.3.2. Ordem do acontecimento

Passamos, então, a pensar num determinismo relativizado. Isto não acaba com a estrutura, entretanto nos impulsiona a um posicionamento diante do eixo acaso-determinação, que situa a estrutura em constante transformação e aberta ao acontecimento. Nesta perspectiva, ficam enfatizados o passado e o futuro como realizações das *condições atuais* de produção do discurso. Segundo Gaspari (2000), *condição* tem origem no latim “conditio”, forma substantiva abstrata do verbo “condo”. (fabricar, construir). Alude à criação, à fundação e, pela etiologia da palavra, sugere um trabalho ativo, opondo-se a uma postura essencialista.

Estrutura e acontecimento não são propostos como categorias complementares. São dois tipos de operações que partem de uma ontologia da inconsistência do ser, de uma desordem de base sobre a qual caberia uma produção de subjetividade (Gaspari, 2000).

Pensar a clínica, revalorizando o acontecimento, questiona a teorização estruturalista que dá um lugar de determinação muito marcado à matriz simbólica familiar e demarca para o sujeito um jogo de opções fortemente limitado, um movimento possível dentro de um leque de transformações.

Segundo Moreno (2000), o acontecimento é algo “radicalmente novo”, que permite a aquisição de uma nova chave de significados, de um novo posicionamento não homogêneo com os já existentes e que, até o momento, era impossível para uma determinada situação.

Por exemplo, casar por amor passou a ser algo “radicalmente novo” na história dos casamentos que, nas gerações dos nossos avós e bisavós, era algo inconcebível, impensado, impossível. Divergindo de Moreno, falo em um “novo”, já que algo radicalmente novo minimiza a existência do que antecede, do que constitui a linha histórica na formação das configurações vinculares e, em especial, do grupo familiar.

Tanto na teoria como na clínica da transmissão psíquica, a construção permanente do que se transmite nos remete a pensar também o fechamento, o determinado e concluído, a estrutura na sua acepção clássica. Deste modo, debruçar-se sobre a idéia do acontecimento, impõe discutir com paixão a idéia da estrutura e sua transformação.

Considerando a possibilidade do novo, somos confrontados com os pontos de inconsistência ou de incompletude que possui toda estrutura.

“Nesses pontos de vazio, ou através deles, realiza-se um intenso trabalho de sutura que produz elementos excedentes geralmente imperceptíveis e incompreensíveis (ou seja, que denunciam a indeterminação ou a incompletude do sistema) para a explicação vigente. Essas produções podem, eventualmente, dar lugar a um acontecimento.”¹⁶

(Moreno, 2000, p.132)

Do lugar e na função de psicanalista, tenho presente que as estruturas mudam, que tudo evolui. O que é considerado “causa” produz efeitos que excedem, que transbordam, o que previamente podia se imaginar como mudança, como novo. Tudo o que surge de novo não pode ser reduzido a seus antecedentes, mas também não poderia existir sem estes antecedentes.

É somente no momento em que surge o novo, que se constitui, como antecedente dele, o que se estabeleceu anteriormente ou num tempo genealógico anterior. O novo aparece para mobilizar e mudar uma estrutura. Neste posicionamento, estrutura e criação não se opõem: o novo só pode surgir na estrutura.

Em toda situação anterior temos pontos de vazio. Os equívocos, os sintomas, os emergentes das transmissões transgeracionais, tudo aquilo que insiste sem aparente inscrição são indícios de lugares de vazio na situação anterior. Houve uma produção de significações em excesso, com o objetivo de suturar ou tamponar o que, na chave explicativa vigente, não tem solução. O

¹⁶ Tradução da autora.

vazio pode ir esvanecendo-se, mas, caso o vazio se sustente, a produção excedente pode perturbar a ordem estabelecida ou ter uma intervenção eficiente que permita advir um acontecimento.

Parafrazeando Badiou (1991), falamos em sutura toda vez que há uma suspensão, um bloqueio que proíbe ou impede de edificar livremente, de construir acontecimento. A sutura reduziria ao estrutural o que poderia ser também do acaso, impedindo de configurar as verdades próprias de cada época ou tempo.

“Permanecer cativo a uma rede de suturas de suas condições” (Badiou, 1991) mantém o saber num círculo fechado deixando à margem algo do tempo atual que escapa. Permanecer na sutura instala uma monótona compulsão à repetição de enunciados de familiares na clínica, como, por exemplo, dizer; “a família morreu, o que vemos hoje não é família, família é pai, mãe e filhos que moram juntos e têm vínculos de sangue”. Criar condições para tornar possível o que se apresenta como impossível é propiciar que a narrativa familiar das diferentes gerações deixe de permanecer entravada pela rede histórica das suturas. Escutar esta rede é função da psicanálise sensível às redes vinculares, que propicia, desta forma, a metamorfose dos vínculos.

Segundo Moreno (2000), a forma que o impossível ou impensável tem de se apresentar é através do imprevisível, que não tem representação psíquica, mas se apresenta ou se impõe revelando algo que não se percebia anteriormente, algum tipo de acordo ou pacto inconsciente. Ainda de acordo com este autor, a subjetividade e a formação dos vínculos têm duas fontes: uma complementar, que se alimenta dos aportes que vêm das experiências infantis primárias e faz com que cada um, partindo dessas representações, procure um outro que o complete; outra suplementar, na qual há um movimento de encontro com o outro, um acontecimento que cria algo que não tem representação, mas que se apresenta como suplemento e transforma tudo o que era anterior. Este suplemento não é nomeável nem representável pelos recursos existentes e em vigor até esse momento.

O acontecimento não complementa um todo, ele o suplementa, introduzindo uma destotalização que exige um constante trabalho de revisão do que existe à luz do acontecimento. Segundo Badiou, é importante pensar a estrutura ou situação, sendo fiel, tendo *fidelidade* ao acontecido no processo de ruptura eminente. Somente *a posteriori*, pelos seus efeitos, poderemos deduzir se o que surge considerado novo é realmente um acontecimento ou apenas um retorno do existente e ainda não conhecido. O acontecimento não emana do que já existia. Ele só surge no que já se tinha como estrutural e que, a partir do acontecimento, se compreende de outro modo, porque suplementa um estado de coisas vigentes ou situação dominante.

“O que há, a situação do saber tal como é, só nos proporciona a repetição. Para que uma verdade afirme sua novidade, deve haver um suplemento. Esse suplemento é entregue ao acaso. Ele é imprevisível, incalculável. Ele está além daquilo que é. Eu o chamo de um evento”.

(Badiou, 1994, p.44)

Combinar a ordem estrutural com a do acontecimento permanece como desafio constante na psicanálise, já que na cadeia de repetições há sempre lugar para o novo. Conjugando as duas ordens é também o desafio desta tese que tem, como núcleo aglutinador, pensar as transformações do legado familiar ante a força dos acontecimentos e, em especial, ante as inscrições advindas do contexto transubjetivo.

Há transformações estruturais que a nova ordem familiar e social promovem na família. Nas mais variadas formas de família, aparece um deslizamento dos lugares e das funções de parentesco de acordo com os contratos firmados inconscientemente, atendendo aos acontecimentos.

Pela força dos acontecimentos, aparecem novos códigos de valores e a organização das redes familiares desafia as conceituações vigentes que precisam ser recriadas. Nas novas cenas

familiares, temos personagens inéditos que demandam novas nomeações e que, muitas vezes, questionam o instituído. Até que ponto os filhos de pais separados que passam a conviver como irmãos nas famílias reconstituídas poderão vir a ser irmãos, namorados ou amigos?

Num relato clínico, o avô que não tem vínculo sanguíneo com o neto de sua esposa, filho de sua enteada, resolve chamá-lo de “inter-neto” e diz “ele é meu ‘inter-neto’ porque está interligado na minha rede familiar, rede que para mim era impensável e que se fez possível nesta era da internet que realiza muito do impossível”.

Escutar uma nova ordem familiar é ter a possibilidade de dizer não à estrutura predeterminada e dizer sim a uma rede *familiar inconsciente* (R.F.I.). Com esta noção de R.F.I., proponho suplementar a estrutura familiar inconsciente, defendida por Berenstein (1976), com as expressões cunhadas pelo eixo geracional e pelo eixo trans subjetivo da transmissão psíquica, que serão aprofundados nos capítulos seguintes.

Na *rede familiar inconsciente*, acontece um acessar das mais variadas redes vinculares, tanto intrafamiliares como do grupo familiar com o contexto trans subjetivo, criando assim uma trama complexa. Na contemporaneidade, esta trama tem mais redes horizontais do que verticais, imprimindo uma característica de irmandade ou comunidade aos grupos familiares. Ante os aportes do estudo da transmissão psíquica, considero que dois novos vínculos passam a integrar a R.F.I como central de redes vinculares inconscientes: o vínculo geracional e o vínculo cidadão.

O *vínculo geracional* nomeia as marcas da transmissão psíquica que cada geração recebe das gerações anteriores e passa às que as sucedem. Por este vínculo, fica valorizada a força do *apoio geracional* como antecedente na construção do psiquismo familiar e individual.

Penso que o *vínculo geracional* foi, até certo ponto, anunciado por Berenstein, já que, em seus textos, fica valorizada a força do desejo das famílias de origem, na constituição da família

nuclear, e o lugar especial que tem o *vínculo avuncular* (presença da segunda geração na terceira geração), na estrutura familiar inconsciente. Mesmo assim, pensar um *vínculo geracional* acrescenta a especificidade e a presença constitutiva dos valores e mitos familiares que são transmitidos inconscientemente pelos ancestrais e antepassados, marcando a vida dos descendentes, as suas escolhas amorosas e as redes familiares que virão a constituir.

Já o *vínculo cidadão* refere-se às marcas do contexto transubjetivo no psiquismo familiar e individual, resgatando um lugar potencial a ser ocupado como cidadão, com direitos e deveres sociais. O *vínculo cidadão* pontua, na *rede familiar inconsciente* - R.F.I., o lugar da pertença sociocultural e as demandas sociais que, sendo mais ou menos reconhecidas, configuram e transformam o grupo familiar.

Proponho que a R.F.I., com a mobilidade e força criativa que lhe é inerente, é, então, o conjunto dos vínculos organizadores do grupo familiar nas suas mais diversas configurações ou produções: vínculo de aliança; vínculo de filiação; vínculo fraterno (consangüíneo ou não); vínculo com as famílias de origem (abrindo o leque da determinação avuncular); vínculo geracional; e vínculo cidadão; assim como todo e qualquer outro vínculo que possa vir a ser exercitado. Há uma mudança no olhar dos vínculos, já estudados na E.F.I., e um olhar além, que acolhe novas redes vinculares.

No campo da psicanálise para as redes vinculares, agora transformada pela ordem do acontecimento, qual é o lugar reservado para uma possível ordem estrutural? A ordem estrutural se mantém apenas como lugar valorizado do que precede na construção do atual, mas, na clínica das redes vinculares, a narrativa familiar apresenta situações cada vez menos previstas e o imprevisto impera. Pensar o estrutural como a presença das invariantes, transmitidas de geração em geração, exigiu que a psicanálise se debruçasse sobre o campo da transmissão psíquica, campo que, como veremos no próximo capítulo, tem raízes na origem da própria teoria psicanalítica.